

## Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2016	2015	
Vendas e serviços prestados		330.040,26	352.942,47	-5,49%
Subsídios, doações e legados à exploração		219.490,27	217.058,58	1,12%
Variação nos Inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-59.167,90	-60.585,12	2,34%
Fornecimentos e serviços externos		-128.455,60	-117.849,21	-9,00%
Gastos com o pessoal		-301.737,26	-301.415,08	-0,11%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		31.378,72	33.185,21	-5,44%
Outros gastos e perdas		-2.257,42	-1.691,15	-33,48%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>89.291,07</b>	<b>121.645,70</b>	-26,60%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-67.757,80	-75.330,48	10,05%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>21.533,27</b>	<b>46.315,22</b>	-53,51%
Juros e rendimentos similares obtidos		558,36	1.605,26	-65,22%
Juros e gastos similares suportados		-244,45	-205,29	-19,08%
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>21.847,18</b>	<b>47.715,19</b>	-54,21%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>21.847,18</b>	<b>47.715,19</b>	-54,21%

(1) - Euro

*António de Castro Marques*

*Adelaide Francisca Sanchez Cunha*

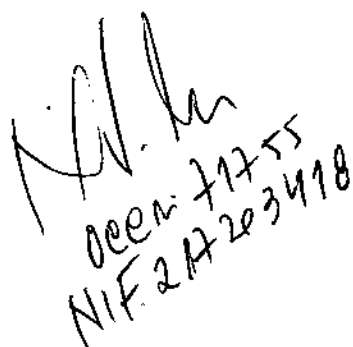
*Luís António Rodrigues  
António José Gomes  
António José Gomes*

*Daniel Volini C. D.  
OCE: 71755  
NIF: 217203418*

## Balanco em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variação
		31 Dez 2016	31 Dez 2015	
<b>ATIVO</b>				
<b>Ativo</b>				
<b>Ativo não corrente</b>				
Ativos fixos tangíveis		401.313,25	415.355,17	-3,38%
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00	0,00%
Propriedades de investimento		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		714,36	357,56	99,79%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
		<b>402.027,61</b>	<b>415.712,73</b>	-3,29%
<b>Ativo corrente</b>				
Inventários		0,00	0,00	0,00%
Clientes		10.961,08	6.846,92	60,09%
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		1.147,24	1.315,59	-12,80%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a receber		2.357,88	2.333,21	1,06%
Diferimentos		1.012,13	915,43	10,56%
Outros ativos financeiros		190.996,67	240.867,53	-20,70%
Caixa e depósitos bancários		257.741,02	141.039,06	82,74%
		<b>464.216,02</b>	<b>393.317,74</b>	18,03%
<b>Total do Ativo</b>		<b>866.243,63</b>	<b>809.030,47</b>	7,07%
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>				
<b>Fundos Patrimoniais</b>				
Fundos		17.072,83	17.072,83	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas		0,00	0,00	0,00%
Resultados transitados		656.799,03	609.083,84	7,83%
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais		99.956,68	69.903,18	42,99%
Resultado líquido do período		21.847,18	47.715,19	-54,21%
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>795.675,72</b>	<b>743.775,04</b>	6,98%
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Provisões		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar		0,00	0,00	0,00%
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	0,00%
<b>Passivo corrente</b>				


  
 0000-71755
   
 NIF. 217203418

## Balço

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Varíancia
		31 Dez 2016	31 Dez 2015	
Fornecedores		18.990,16	16.113,81	17,85%
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		7.267,83	7.049,75	3,09%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Diferimentos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar		44.309,92	42.091,87	5,27%
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	0,00%
<b>Total do Passivo</b>		<b>70.567,91</b>	<b>65.255,43</b>	8,14%
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>		<b>866.243,63</b>	<b>809.030,47</b>	7,07%

(1) - Euro

*Antonio de Cruz Marcos Vaz*

*Arletácio Francisca Sanchez Cunha*

*Araceli Antunes*

*Antonio Cardia*

*Antonio Noronha*

*Daniel Valério Coelho*  
 OCE n.º 71755  
 NIF 217203418

C. SOC. PAROQ. DE STO. ANTONIO DE NAVE DE HAVER

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		2016	2015	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto</b>				
Recebimentos de clientes e utentes		330 169,49	356 512,18	
Pagamentos de subsídios				
Pagamentos de apoios				
Pagamentos de bolsas				
Pagamentos a fornecedores		-184 162,01	-179 448,90	
Pagamentos ao pessoal		-298 137,25	-299 992,71	
Caixa gerada pelas operações:		-152 129,77	-122 929,43	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-206,39	-225,66	
Outros recebimentos/pagamentos		233 949,24	219 632,32	
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		81 613,08	96 477,23	
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Ativos fixos tangíveis		-14 739,09	-4 499,34	
Ativos intangíveis				
Investimentos financeiros		-356,80	-256,28	
Outros ativos				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Ativos fixos tangíveis				
Ativos intangíveis				
Investimentos financeiros				
Outros ativos				
Subsídios ao investimento				
Juros e rendimentos similares		558,36	1 605,26	
Dividendos				
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-14 537,53	-3 150,36	
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Financiamentos obtidos				
Realização de fundos				
Cobertura de prejuízos				
Doações		11 613,46		
Outras operações de financiamento				
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Financiamentos obtidos				
Juros e gastos similares		-244,45	-205,29	
Dividendos				
Redução de fundos				
Redução de fundos				
Outras operações de financiamento				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		-244,45	-205,29	
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>66 831,10</b>	<b>93 121,58</b>	-29,00%
<b>Efeito das diferenças de câmbio:</b>				
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>381 906,59</b>	<b>288 785,01</b>	
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>448 737,69</b>	<b>381 906,59</b>	

(1) - Euro

*António de Sousa*  
*Acção André Bragança*  
*António Carlos da Silva*  
*António José da Silva*

*David Gomes*  
 OCEM 71755  
 NIF 217203418

**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL  
DE SANTO ANTÓNIO DE NAVE  
DE HAVER  
NIF. 503 915 130**

**ANEXO**

**31 de Dezembro de 2016**

## **1 Identificação da Entidade**

O Centro Social Paroquial de Santo António de Nave de Haver é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direcção-Geral de Segurança Social, sob a inscrição n.º 8/92, com estatutos publicados no Diário da República n.º 82, Série III, em 7/4/1992, com sede em Largo da Igreja, 6355-132 Nave de Haver.

Tem como principal actividade o apoio social para pessoas idosas, com alojamento, CAE 87301.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por: Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF); Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março; Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março; NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; Normas Interpretativas (NI).

## **3 Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### **3.1.1 Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### **3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

#### **3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão

*Handwritten signature and initials: M. L. 002-7477*

devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **3.1.4 Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### **3.1.6 Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta: A natureza da reclassificação; A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e Razão para a reclassificação.

### **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

#### **3.2.1 Activos Fixos Tangíveis**

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas foram as constantes do Decreto Regulamentar nº25/2009 de 14/9.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### 3.2.2 Activos Intangíveis

Os “Activos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas foram as constantes do Decreto Regulamentar nº25/2009 de 14/9.

O valor residual de um “Activo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se: Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou Houver um mercado activo para este activo, e Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.3 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a

*Handwritten signature and initials:*  
K.M.L.  
0000+HTT



essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### **3.2.4 Inventários**

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

### **3.2.5 Instrumentos Financeiros**

Os activos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

#### Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

#### Outros activos e passivos financeiros

*N.A. da  
OCCa+HTT*

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.6 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por: fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros; fundos acumulados e outros excedentes; subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.7 Financiamentos Obtidos**

##### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

##### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como: Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

*[Handwritten signature and date]*  
 002-7477

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

### 3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

*[Handwritten signature]*  
DCCP+HAT

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

#### **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5 Activos Fixos Tangíveis**

##### Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	3.109,03				3.109,03
Edifícios e outras construções	1.119.744,03	37.015,00				1.156.759,03
Equipamento básico	246.305,82	13.591,85				259.897,67
Equipamento de transporte	34.224,15	0,00				34.224,15
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	47.053,30	0,00				47.053,30
Outros Activos fixos tangíveis	34.377,43	0,00				34.377,43
<b>Total</b>	<b>1.481.704,73</b>	<b>53.715,88</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.535.420,61</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				
Edifícios e outras construções	72.1384,80	58.389,93				779.774,73
Equipamento básico	233.554,24	5.712,55				239.266,79
Equipamento de transporte	34.224,15	0,00				34.224,15
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	43.706,37	3.266,18				46.972,55
Outros Activos fixos tangíveis	33.480,00	389,14				33.869,14
<b>Total</b>	<b>1.066.349,56</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.134.107,36</b>

*N. A. L.*  
*00007477*

## 6 Activos Intangíveis

### Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	756,45					756,45
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>756,45</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>756,45</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	756,45					756,45
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>756,45</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>756,45</b>

## 7 Locações

Não existe qualquer quantia escriturada à data de 31/12/2016.

## 8 Custos de Empréstimos Obtidos

Não existe qualquer quantia escriturada à data de 31/12/2016.

## 9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

*[Handwritten signature and initials]*  
 0000-1111

Descrição	2015				2016		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias							
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	61.556,22	-971,10	0,00	59.308,71	-140,81	0,00
Produtos acabados e intermédios							
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos							
Produtos e trabalhos em curso							
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>61.556,22</b>	<b>-971,10</b>	<b>0,00</b>	<b>59.308,71</b>	<b>-140,81</b>	<b>0,00</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				60.585,12			59.167,90
Variações nos inventários da produção							

## 10 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Vendas	6.021,78	6.009,64
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	324.018,48	346.932,83
Quotas e jóias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Serviços secundários	0,00	0,00
Juros	558,36	1.605,26
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>330.598,62</b>	<b>354.547,73</b>

## 11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

### Provisões

Não existe qualquer quantia escriturada à data de 31/12/2016.

### Passivos contingentes

*K. A. M.*  
02/12/2016

Não existe qualquer quantia escriturada à data de 31/12/2016.

#### Activos contingentes

Não existe qualquer quantia escriturada à data de 31/12/2016.

### **12 Subsídios do Governo e apoios do Governo**

Anualmente é imputado o subsídio a rendimentos (7883) no correspondente à quota de amortização do bem subsidiado.

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2016	2015
<b>Subsídios</b>		
59301- PIDDAC	7.481,95	14.963,92
59302- Câmara Municipal de Almeida	372,63	745,23
59303- Junta de Freguesia de Nave de Haver	252,57	505,16
59304- Particulares	38.143,49	47.649,40
59305- Outros	3.019,76	6.039,47
<b>Total</b>	<b>49.270,40</b>	<b>69.913,18</b>

### **13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio**

Não existe qualquer quantia escriturada à data de 31/12/2016.

### **14 Imposto sobre o Rendimento**

Não existe qualquer quantia escriturada à data de 31/12/2016, relativamente á actividade principal, com o CAE – 87301, isenta em IRC.

No entanto, relativamente à actividade secundária, com o CAE – 35113, não isenta de IRC, resulta o quadro seguinte:

	Descrição	2016
1	Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	768,38
2	Imposto corrente	61,41
3	Imposto diferido	0,00
4	Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)	61,41
5	Tributações autónomas	0,00
6	Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento [6 = (4 + 5) / 1 x 100]	

Foram deduzidos prejuízos fiscais, nomeadamente de 2012 – 682,34.

### **15 Benefícios dos empregados**

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2016 e 2015, foram, de 5.

Os órgãos directivos não usufruem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de 25.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

*K. A. L. M.*  
*00007447*

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	246.772,84	247.365,32
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	52.276,94	51.317,36
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2.063,48	2.012,40
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	624,00	720,00
<b>Total</b>	<b>301.737,26</b>	<b>301.415,08</b>

## 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2016	2015
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>714,36</b>	<b>357,56</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>714,36</b>	<b>357,56</b>

*K. P. L. L.*  
*0000-1111*





Descrição	2016	2015
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros antecipados	1.012,13	915,43
<b>Total</b>	<b>1.012,13</b>	<b>915,43</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 17.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	7.491,23	3.125,06
Depósitos à ordem	150.249,79	77.914,00
Depósitos a prazo	100.000,00	60.000,00
Outros	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>257.741,02</b>	<b>141.039,06</b>

#### OBS.

Apesar da rubrica Caixa e Depósitos Bancários apresentarem, no balanço a 31/12/2016, um saldo de 257.741,02, para efeitos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, aplicou-se a NCRF2, considerou-se como caixa e seus equivalentes, 448.737,69.

Neste caso, “Outros activos financeiros”, conta 14, correspondem a aplicações no banco CGD, com bastante liquidez, isto é, imediatamente mobilizáveis:

- Em 31/12/2016, a rubrica apresenta um saldo de 190.966,67.

Descrição	2016	2015
<b>Total de Caixa e Dep. Bancários</b>	<b>257.741,02</b>	<b>141.039,06</b>
Outros activos financeiros	190.966,67	240.867,53
<b>Total</b>	<b>448.737,69</b>	<b>381.906,59</b>

*K. P. M. L.*  
Dec-11/16

### 17.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	17.072,83	0,00	0,00	17.072,83
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	609.083,84	47.715,19	0,00	656.799,03
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	69.903,18	51.737,49	21.683,99	99.956,68
<b>Total</b>	<b>696.059,85</b>	<b>99.452,68</b>	<b>21.683,99</b>	<b>773.828,54</b>

Sendo que, o montante 47.715,19 é resultado da transferência do Resultado Líquido do Exercício de 2015. Do montante 21.683,99, 20.632,78 resulta da imputação de subsídios para investimentos e 1.051,21 resulta da imputação de doações para investimentos. Recebimento de doação de Maria d'Oliveira Martins - 51.737,49.

### 17.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	18.990,16	16.113,81
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>18.990,16</b>	<b>16.113,81</b>

### 17.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.147,24	1.315,59
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.147,24</b>	<b>1.315,59</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.465,23	1.335,75
Segurança Social	5.766,93	5.684,57
Outros Impostos e Taxas	35,67	29,43
<b>Total</b>	<b>7.267,83</b>	<b>7.049,75</b>

### 17.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

*Handwritten signature and initials:*  
 N. A. L. M.  
 00007117

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Remunerações a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Fornecedores de Investimentos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>	<b>0,00</b>	<b>43.477,66</b>	<b>0,00</b>	<b>40.011,12</b>
<b>Outros credores</b>	<b>0,00</b>	<b>832,26</b>	<b>0,00</b>	<b>2.080,75</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>44.309,92</b>	<b>0,00</b>	<b>42.091,87</b>

### 17.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	219.490,27	217.058,58
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>219.490,27</b>	<b>217.058,58</b>

### 17.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	26.209,36	20.753,17
Materiais	5.244,79	5.788,04
Energia e fluidos	79.418,57	74.030,15
Deslocações, estadas e transportes	194,8	47,10
Serviços diversos	17.388,08	17.230,75
<b>Total</b>	<b>128.455,60</b>	<b>117.849,21</b>

*N. D. L.*  
00027477

### 17.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	4.243,39	7.199,27
Descontos de pronto pagamento obtidos	681,84	432,96
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	26.453,49	25.552,98
<b>Total</b>	<b>31.378,72</b>	<b>33.185,21</b>

### 17.13 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	461,74	40,98
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	1.795,68	1.650,17
<b>Total</b>	<b>2.257,42</b>	<b>1.691,15</b>

### 17.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

*N. A. L. M.  
09/12/16*

Descrição	2016	2015
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	1,25	0,29
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	243,20	205,00
<b>Total</b>	<b>244,45</b>	<b>205,29</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	558,36	1.605,26
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>558,36</b>	<b>1.605,26</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>313,91</b>	<b>1.399,97</b>

### 17.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela direcção em 19 de Março de 2017.

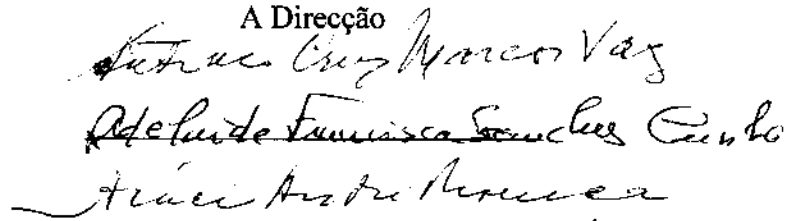
Nave de Haver, 31 de Dezembro de 2016

O Contabilista Certificado



00027455  
NIF. 217.203.418

A Direcção



Diário

— Passando ao ponto 2) e último da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente fez menção da necessidade de se ministrar as diligências com vista à elaboração do expediente para a apresentação de notas relativamente ao processo de mais transacção.

— Na sequência foi deliberado por unanimidade instar o Sr. Doutor Coelho para afixar a respectiva e também providenciar para a reunião de parecer do Conselho Fiscal, por forma a não processar este Conselho até ao fim do mês de Março próximo, tendo de ~~ser~~ ser vice-presidente substituto de tal abrangimento.

— É mais não havendo a tratar, saiu às 19,30 (dezanove e trinta) horas, o Sr. Presidente declarou encerrada a sessão e em pronuncia secreta, procedi à elaboração da presente acta que depois de lida e achada conforme vai ser assinada por todos os presentes.

- O Presidente: António da Cruz Marcos Vaz
- O Vice-Presidente: Adelfaide Laranjeira Gonçalves Cunha
- O 1.º secretário: Agostinho André Vaz
- O 2.º secretário: António Joaquim Guardão
- O Tesoureiro: António Luís Matos

Acta nº 104

— Aos 17 (dezanove) dias do mês de Março de dois mil e dezanove, nas instalações do Centro Social e Recreativo de St. António do Vale de Fátima, após convocatória do respectivo presidente, sendo às 20 horas (dezanove horas e trinta minutos), reuniram a direcção da instituição com a presença de todos os seus elementos, para a seguinte ordem de trabalhos: Ponta Verde - Presen-

Acta

três a aprovação das contas de gestão relativas ao ano de 2010 (Dinil e Depassis) —

— O Sr. Presidente fez uma breve introdução sobre os assuntos e explicou a finalidade da presente reunião, reiteradamente destinada a apreciação e documentação, realizada pelo Sr. Daniel Valério Cobello, Técnico Especial de Contas, em face e referente à conta de gestão relativa ao exercício do ano de 2010 (Dinil e Depassis). A respeito da palavra do Sr. Daniel Valério Cobello, convocados para estar presente nesta reunião, o Sr. fez apresentação e explicação dos documentos onde foram reportados os fatos do exercício, e levou a termo a mesma avaliação pelos elementos do exercício, tendo se concluído que os mapas apresentados estavam elaborados com acatidade, verificando-se um resultado positivo do exercício no montante de € 21.847,18 (vinte e um mil oitocentas e quarenta e sete reais e dezito centavos), que representa um aumento de 54,21% (cinquenta e quatro vírgula vinte e um por cento) relativamente ao exercício do ano anterior, variáveis em anexo enunciadamente reportadas às rubricas "rendas e serviços prestados" "parceiros e serviços externos". Para se dar constatar que se verificou uma variável positiva de caixa e seus equivalentes no montante de € 66.731,01 (sessenta e seis mil oitocentas e trinta e um reais e dez centavos), inferior em 29,66% ao verificado no ano anterior —

— Em face das referidas folhas e de procedência a que se procedem concluiu-se haver necessidade de



10/

gastos por fazer a entrega de pedreiros e carpinteiros e  
cessivos particularmente no nível dos combustíveis e  
de electricidade.

— Porém, considerando que os meios até lá  
conhecidos de trabalho, o Sr. Presidente, em-  
pleando a respectiva medida, pôs os limites, de  
redução a rotacão tendo em vista a situação  
da obra, tal como a comunidade, por ser um  
modo de.

— Essas foram as deliberações feitas antes da  
jornada em que os operários foram convocados  
apresentados os termos presidenciais do Conselho  
Fiscal para efeitos de existência de parecer por  
este órgão.

— É mais não houve a tratar, sendo o  
(dizendo) livro, a serem. Presidência da Direcção  
declarou aprovada a execução e ser, ficando  
no momento, sendo a presente acta (que depois  
de toda a ordem interna e aprovada por ser  
concedida por todos os elementos ordenados por  
regra.

O Presidente António de Gregório Vaz  
o vice-Presidente Adelaide Francisca Soares Cunha  
o 1º secretário: João António Pereira  
o 2º secretário: António Romão Fernandes  
o tesoureiro António Carlos de Jesus

Acto n.º 165

— Aos 19, dezasseis) dias do mês de Junho de  
ano de 2017 (dezanove e dezasseis), nas instalações  
do Centro Social Paroquial de St. António da Lixa  
de Fleores, após convocatória do respectivo presi-  
dente, sendo (dizendo) horas, reuniram a di-  
recção, a substituição, com a presença de  
todos os elementos que a integram e com a  
seguinte ordem de trabalhos previamente anun-

criada: Roubalongo - com licenças de parcelas de  
Cinquenta Fideias NEM as Contas de Jorinca de  
exercício de 2016 (até mil e dezessete) e  
reliquida as parcelas remanescentes. —

— O Serviço Presidencial entregou os documentos  
de Jorinca de Jorinca de parcelas remanescentes para  
o Conselho Fiscal sobre as contas de Jorinca  
repartidas a cada trimestre. —

— Uma vez que tal parecer foi favorável  
para a aprovação das contas de Jorinca em  
causa, a Direção deliberou por unanimidade  
de se reafirmar a aprovação de tais contas  
e determinar a respectiva renúncia acerca  
trabalhos de Jorinca de parcelas, as Roubalongo  
de Jorinca, em cumprimento da disposi-  
ção estatutária que tal determina, junta-  
mente com tal renúncia, aquela também  
cópia das atas nº 104 e 105 (Contas e Jorinca  
e Contas e Jorinca) em reunião desta Direção.

— E mais não havendo a tratar, sendo  
14 de dezembro de 2017, o Serviço Presidencial de  
Direção declarou encerrada a reunião e  
eu, Primeiro-Secretário, redigi a presente  
ata que depois de lida, lida e aprovada e  
aprovada por todos os presentes vai ser divi-  
damente assinada. —

O Presidente: Agostinho de Cruz Marcos Vaz

O Vice-Presidente: Adelaida Figueira Sanchez Cunha

O 1º secretário: Agostinho de Cruz Marcos Vaz

O 2º secretário: Agostinho de Cruz Marcos Vaz

O Tesoureiro: Agostinho de Cruz Marcos Vaz

Acta nº 106

As 15 (quinze) dias do mês de Abril do ano  
de 2017 (dois mil e dezessete), nas instalações de

M. M. E. F.

Acta nº 29

Aos 10 (dez) dias do mês de Novembro do ano de 2016 (dois mil e dezasseis), pelas 18 (dezoito) horas, nas instalações do Centro Social Paroquial de Santo António de Nave de Horta, a pós comemoração do respectivo presidente, reuniu o Conselho Fiscal da instituição, com a presença de todos os elementos que o integram, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da actividade desenvolvida pela Direcção da instituição até à presente data;
- 2 - Emissão de parecer sobre o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2017 apresentado pela Direcção.

O Sr. Presidente iniciou a reunião apresentando os cumprimentos habituais aos demais elementos do Conselho, que reiteraram, após o que se abordou o primeiro ponto da ordem de trabalhos com análise da documentação contabilística elaborada até ao momento. O Conselho registou com agrado que o orçamento do corrente ano tem vindo a ser cumprido, não havendo desvios substanciais a registar.

Passando ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o Conselho fez uma cuidadosa análise do Plano de Actividades e Orçamento aprovado pela Direcção para

o ano de 2017 e constatou que o mesmo se encontra  
 num patente equilíbrio contabilístico fructo que possui  
 um saldo positivo de 11.740,00 (onze mil setecenta  
 e quarenta euros). Foram apreciadas as diversas sub-  
 áreas e concluiu-se não haver lugar a qualquer refe-  
 ração pois que se mostram proporcionais às actividades  
 e projectos a realizar, tendo sido projectadas na mes-  
 ma linha do equilíbrio verificada nos anos anteriores.  
 Face ao constatado e mediante proposta do Sr. Presi-  
 dente, no sentido de convencimento de que o docum-  
 ento apresentado preencherá de acordo os objectivos que  
 a instituição prossegue, ficou deliberado por unanimidade  
 de aprovar o Plano de Actividades e o Orçamento  
 para o ano de 2017 tal como elaborado e apresent-  
 ado pela Direcção da instituição.

Sendo as 20 (vinte) horas e oito mais tardando a  
 partir, o Sr. Presidente declarou encerrada a reuni-  
 ão e de imediato procedeu-se à elaboração da  
 respectiva acta que, depois de lida, actada confir-  
 mada e aprovada por unanimidade, foi assinada  
 por todos os elementos que integram o Conselho  
 Fiscal.

O Presidente: José Cunha Mendes  
 O 1.º vogal: António Manuel Pinto (Neta)  
 O 2.º vogal: José Cunha dos Santos

Acta nº 30

Aos dez mil e dez dias do mês de Março de dois mil e dezasseis, reuniu o Conselho Fiscal na sede do Centro Social Paroquial de Santo António de Nave de Horta, tendo como ponto único da ordem de trabalhos, a análise das Contas de Exercência relativas ao ano de dois mil e dezasseis, para emissão de parecer, de acordo com o disposto no artigo 26º dos Estatutos.

Na análise as Contas verificou-se que, as mesmas, reportam com clareza a actividade realizada e os procedimentos contabilísticos utilizados estes de acordo com as práticas instituídas.

A demonstração de Resultados por Natureza, a demonstração de Fluxos de Caixa, o Balanço e o correspondente Anexo fornecem uma adequada compreensão da situação financeira, dos resultados e dos fluxos de Caixa.

O Resultado líquido do período foi positivo, embora inferior em cerca de 54%, relativamente ao ano anterior,

Assim, este Conselho Fiscal emite parecer favorável à aprovação do Relatório e Contas relativos ao ano de dois mil e dezasseis, apresentados pela Direcção. Este Conselho Fiscal recomenda, ainda, à Direcção que faça que fosse acompanhado de forma continuada o exercício de dois mil e dezasseis, registando

produzidos e apresentados a este conselho relativos  
trimestrais sobre a situação financeira e a execução do  
Plano de Actividades.

Depois de lida e lida, esta acta é assinada pelos  
membros presentes

Pdo Conselho Fiscal.

José Maria - ~~presidente~~  
José Luísa dos Santos  
António Manuel Pinto de Lencastre